

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

OS GOVERNOS DE COSTA CORTARAM MAIS NO INVESTIMENTO PÚBLICO DO QUE OS GOVERNOS DO PSD/CDS/TROIKA, APESAR DO PSD/CDS TER JÁ CORTADO MUITO. A UTILIZAÇÃO DO SNS PARA REDUZIR O DÉFICE E DOS DESCONTOS PARA A SEGURANÇA SOCIAL PARA PAGAR DESPESAS DO COVID E REDUZIR A DIVIDA. A ENORME DIVIDA À SEGURANÇA SOCIAL QUE O GOVERNO NÃO COBRA

Em 23/12/2021, o ministro das Finanças, deu uma conferencia de imprensa, já enquadrada na pré-campanha eleitoral, em que afirmou: “Os dados das contas nacionais do 3.º trimestre permitem desde já garantir que, no ano 2021, vamos, mais uma vez, atingir a metas orçamentais com que nos comprometemos e assegurar uma redução do défice orçamental para 4,3% do PIB”. E «até setembro deste ano Portugal reduziu o défice orçamental para 2,5%, uma redução muito expressiva de 3 700 milhões€ face há um ano» e que, no “3º trimestre, se verificou um excedente orçamental de 3,5%». E “vamos cumprir pelo sexto ano consecutivo as metas orçamentais definidas». E como é habitual, depois quase toda a comunicação social (RTP, Público, JN, etc.) repetiu, sem contraditório, as palavras do ministro como isso só fosse bom para os portugueses. Alguns jornais falaram mesmo em vitórias, como o DN, que, no próprio dia de Natal, colocou na 1ª página: **“LEÃO TENTA DUPLA VITÓRIA, CORTA FUNDO NO DÉFICE DO ESTADO E NA DIVIDA PÚBLICA”**. É só vitórias à custa dos sacrifícios e da vida dos portugueses e do país. Mas disso ninguém fala para não desagradar o poder. É evidente que estamos a falar de dois países diferentes. Um, do ministro e da maioria da comunicação social; e, o outro, o das dificuldades crescentes que os serviços públicos e os portugueses enfrentam todos os dias.

Neste estudo, utilizando apenas dados oficiais do INE e do Ministério das Finanças, vamos mostrar como é que os governos do PS de António Costa (2016/2020) alteraram radicalmente a política de aposta no investimento publico seguida pelos governos do PS no período 2006/2010, passando de uma política de promoção do investimento público a uma política de corte brutal no investimento publico, chegando ao ponto de cortarem mais do que os governos do PSD/CDS/Troika no período 2011/2015. E tudo isto para conseguirem o milagre de reduzirem “a fundo” o défice e a divida pública, mesmo em plena crise causada pelo COVID.19, para serem considerados em Bruxelas como campeões da redução e do défice, de que Mário Centeno e João Leão se gabam. No entanto, tudo isso, tem consequências dramáticas, nomeadamente na degradação da Administração Pública, nas condições de vida dos portugueses, nos obstáculos que cria ao crescimento económico e ao desenvolvimento do país.

OS GOVERNOS DE COSTA CORTARAM MAIS NO INVESTIMENTO PÚBLICO DO QUE OS GOVERNOS DO PSD/CDS APESAR DO PSD/CDS TER CORTADO MUITO COM CONSEQUENCIAS GRAVES PARA OS PORTUGUESES E PAÍS

O quadro 1, com dados do INE, mostra, por um lado, a aposta pelo PS do investimento público no período 2006/2010 e, por outro lado, a dimensão do corte no investimento publico feitos quer pelo governo PSD/CDS no período 2011/2015 (o que contraria a afirmação de Rui Rio no seu discurso final no Congresso do PSD, de que os governos do PSD não cortaram no investimento público) quer pelo governo PS/Costa/Centeno/Leão no período 2016/2020, sendo muito maior pelos governos de Costa.

Quadro 1 – FBCF (Investimento) Público e Consumo de Capital Fixo Público no período 2006/2020

ANO	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF=Investimento) Milhões €	CONSUMO CAPITAL FIXO (CCF) Milhões €	FBCF-CCF Milhões €
2006	5 580	4 216	1 364
2007	5 645	4 425	1 219
2008	6 651	4 674	1 977
2009	7 205	4 710	2 496
2010	9 479	4 989	4 490
SOMA (2006/2010) - PS	34 559	23 014	11 545
2011	6 139	5 161	979
2012	4 271	5 214	-943
2013	3 686	5 241	-1 555
2014	3 525	5 097	-1 571
2015	3 857	5 216	-1 359
SOMA (2011/2015) - PSD/CDS	21 479	25 929	-4 450
2016	2 737	5 266	-2 529
2017	3 415	5 341	-1 925
2018	3 790	5 468	-1 677
2019	4 015	5 541	-1 527
2020	4 455	5 689	-1 234
SOMA (2016/2020) - PS	18 412	27 305	-8 893

FONTE: Principais agregados das Administrações Públicas - 2006-2020 - INE

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Para que os números do quadro anterior, que são do INE, sejam claros para os leitores é necessário que conheçam as definições dos conceitos macroeconómico utilizados nele. A **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)**, é um conceito macroeconómico que corresponde ao investimento feito, neste caso por todas as Administrações Públicas (*Central, que corresponde ao Estado, Administração Local e Regional*). O **Consumo De Capital Fixo (CCF)** corresponde ao valor dos equipamentos, instalações, etc., que desgastaram, ou foram destruídas pelo uso, ou se tornaram obsoletas e deixaram de ser utilizadas devido à inovação. Corresponde àquilo que, a nível das empresas, se designa por amortizações. Neste caso concreto diz apenas respeito às Administrações Públicas.

Entre 2006/2010, portanto num período de 5 anos, com governos do PS, o investimento publico total somou 34.559 milhões €, e o Consumo de Capital Fixo foi de 23.014 milhões €, ou seja, o investimento publico (FBCF) foi superior ao Consumo de Capital Fixo (CCF) público em 11.545 milhões€. Era clara a aposta no investimento público.

Entre 2011 e 2015, num período de 5 anos, com governos PSD/CDS/Troika, o investimento publico total somou 21.479 milhões €, mas o Consumo de Capital Fixo foi de 25.929 milhões €, ou seja, o investimento (FBCF) foi inferior ao consumo de capital fixo (CCF) em 4.450 milhões €; portanto, nem foi suficiente para compensar o que foi destruído ou deixou de ser utilizado por se tornar obsoleto.

Entre 2016 e 2020, portanto também um período 5 anos, mas agora com os governos PS/Costa/Centeno/Leão, o Investimento (FBCF) público foi apenas de 18.412 milhões €, ou seja, menos 3.067 milhões € do que nos 5 anos anteriores de governos PSD/CDS, mas o Consumo de Capital Fixo atingiu 27.305 milhões €, ou seja, foi superior a todo o investimento público realizado em 8.893 milhões € e superior em 1376 milhões € ao do PSD/CDS. E em 2021, a situação não vai melhorar muito. Segundo a execução do OE-2021, divulgada pela DGO, no período jan./out.2021 a execução dos investimentos foi apenas de 4.658 milhões € dos 7.714 milhões € previstos para 2021 (60,4%), portanto certamente inferior ao Consumo de Capital Fixo. A nível do Estado a situação é mais grave: dos 5.132,9 milhões € previstos para 2021, apenas tinham sido executados, até outubro, 2.211,6 milhões €, menos de metade do previsto para o ano.

Tanto os governos do PSD/CDS como os do PS/Costa revelaram-se inimigos do investimento público, mas os governos de António Costa têm sido piores pois têm cortado mais no investimento público. Esta é a realidade traduzida na linguagem objetiva e fria dos números do INE. como provam os dados do INE. Mas foi assim que Mario Centeno e João Leão reduziram o défice e se tornaram os “campeões” da redução do défice e da dívida na U.E., embora destruindo a capacidade da Administração Pública para prestar serviços à população, com consequências dramáticas para a saúde e ensino público, para as infraestruturas públicas e, conseqüentemente, para o crescimento económico e para o desenvolvimento do país (*Portugal foi o país da U.E. que menos cresceu nos últimos 12 anos*). **Infelizmente a maioria dos media têm ignorado isto.**

O SNS TEM SIDO E ESTÁ A SER UTILIZADO COMO UM INSTRUMENTO PARA REDUZIR O DÉFICE COM CONSEQUÊNCIAS DRAMÁTICAS PARA A SAÚDE PUBLICA, PARA A ECONOMIA, E PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O quadro 2, retirado da Execução Orçamental de nov.2021, divulgada pelo DGO do Ministério das Finanças, em que se eliminou as rubricas de pouca importância mostra a situação difícil em que se encontra o SNS.

Quadro 2 - Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - De jan. a out. de 2021 - Em milhões €						
RUBRICAS	Execução Provisória	Orçamento Inicial	Orçamento inicial de 2021- Execução 2020	Execução Acumulada até outubro		EXECUÇÃO 2021-2020
	2020	2021		2020	2021	
Receita corrente	11 110,2	11 298,8	188,6	9 029,8	9 425,4	395,7
Receita fiscal (taxas moderadoras, etc.)	102,1	122,0	19,9	77,9	77,4	-0,5
Outras receitas correntes - Transferências do O.E.	11 008,1	11 176,8	168,7	8 951,9	9 348,0	396,2
Receita de capital	51,6	215,7	164,1	38,8	37,9	-0,9
RECEITA EFETIVA TOTAL	11 161,8	11 514,5	352,7	9 068,6	9 463,3	394,8
Despesa corrente	11 191,4	11 310,6	119,2	8 894,5	9 691,8	797,3
Despesas com o pessoal	4 680,0	4 813,8	133,8	3 713,7	4 052,7	339,0
Remunerações Certas e Permanentes	3 125,3	3 228,4	103,1	2 490,7	2 613,7	123,0
Abonos Variáveis ou Eventuais	697,0	697,0	0,0	548,4	703,1	154,7
Aquisição de bens e serviços a privados	6 361,9	6 412,0	50,1	5 061,3	5 525,9	464,6
Produtos vendidos em farmácias - privadas	1 471,6	1 516,9	45,3	1 219,9	1 249,8	29,9
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica e outros subcontratos com privados	1 427,6	1 418,2	-9,4	1 124,4	1 355,9	231,5
Parcerias público-privadas (PPP)	306,7	289,3	-17,4	254,6	223,6	-31,0
Aquisição de bens (compras inventários) a fornecedores privados	2 235,5	2 294,0	58,5	1 730,7	1 891,3	160,6
Outras aquisições de bens e serviços a fornecedores privados	920,5	893,6	-26,9	731,7	805,3	73,6
Despesa de capital	262,9	293,1	30,2	217,0	160,8	-56,2
Investimentos	262,4	273,5	11,1	216,8	160,5	-56,3
DESPESA EFETIVA TOTAL	11 454,3	11 603,6	149,3	9 111,5	9 852,6	741,1
SALDO GLOBAL	-292,5	-89,1	203,3	-42,9	-389,3	-346,3

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Com revelam os dados da Direção Geral do Orçamento (DGO), em out.2021, a nível de execução do orçamento para 2021, o SNS já apresentava um saldo global negativo de 389,3 milhões €, quando a previsão para todo o ano de 2021 era apenas de 89,1 milhões €. Se observamos a receita total prevista, comparando com que se efetivamente recebeu em 2020, o aumento previsto é apenas 352,7 milhões €, e não 750 milhões €, como o governo anunciou aquando do debate do O.E.-2021, e que consta do Relatório.

Como mostra o quadro 2, a nível de despesa total, a prevista para todo o ano de 2021 é superior ao pago em 2020 em apenas mais 149,3 milhões €, quando o pago até out.2021 era já superior, ao do período homólogo de 2020, em mais 741,1 milhões €. E deste valor, 464,5 milhões € dizem respeito a “Aquisição de bens e serviços a privados”. A nível de Despesas com Pessoal, as que mais aumentaram em 2021 não são as com “Remunerações certas e permanentes”, mas sim com “Abonos variáveis ou eventuais” (+154,7 milhões € até out.2021) que são principalmente com horas extraordinárias o que confirma a falta de trabalhadores e a sobrecarga de trabalho a que os profissionais de saúde têm sido sujeitos precisamente por esse facto.

Como consequência do subfinanciamento do SNS, as dívidas a fornecedores privados dispararam. O quadro 3, também constante da Execução Orçamental de out.2021 da DGO confirma isso.

Quadro 3-Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias) - Stock em fim de período (consolidado)

Subsector	2020 -M€	2021-M€	2021-2020	Aumento %
	dezembro	outubro	Milhões €	2020/2021
Admin. Central excl. Subs. Saúde	25,7	42,3	16,6	64,8%
Subsector da Saúde	3,2	5,6	2,4	74,9%
Hospitais EPE	147,5	553,4	406,0	275,3%
Total	176,3	601,3	425,0	241,1%

FONTE: Síntese execução orçamental - novembro de 2021 - DGO - Ministério das Finanças

Os pagamentos em atraso com mais de 90 dias a fornecedores dos Hospitais EPE aumentaram 406 milhões € entre dez.2020 e out. 2021 (passaram de 147,5 milhões € para 553,4 milhões € em a 10 meses), e os do subsector de saúde aumentaram em 425 milhões €, atingindo, em out.2021, já 601,3 milhões €. Mas este valor não representa a totalidade da dívida do SNS. Segundo o Portal da transparência do SNS, a dívida total do SNS a fornecedores era 1.968,7 milhões € em out.2021. O SNS é assim também financiado pelos fornecedores privados durante meses (se o não fosse as dificuldades de funcionamento seriam ainda maiores) devido ao subfinanciamento crónico do SNS pelo Orçamento do Estado. E a incapacidade do SNS causada pela falta de meios, devido ao subfinanciamento crónico, para satisfazer as necessidades dos portugueses em serviços de saúde, agravou-se enormemente com a pandemia que obrigou o SNS, por decisão do governo, a mobilizar os seus escassos recursos fundamentalmente para o combate ao COVID.19 deixando quase totalmente desprotegidos os doentes não-covid (até os médicos de família foram mobilizados para acompanhar os doentes Covid diminuindo significativamente as consultas aos seus utentes habituais nos centros de saúde o que reduziu a capacidade de detetar atempadamente doenças fatais, como o cancro e as cardíacas) com consequências dramáticas para população, de que é prova a redução imediata da esperança de vida em Portugal, que até aqui tinha subido sempre.

A UTILIZAÇÃO PELO GOVERNO DOS DESCONTOS DA SEGURANÇA SOCIAL PARA PAGAR DESPESAS COM O COVID EM 2021 PARA ASSIM BAIXAR A DÍVIDA PÚBLICA À CUSTA DA SEGURANÇA SOCIAL E DOS PENSIONISTAS
Observem-se os dados do quadro 3 constantes da “Síntese de execução orçamental de nov.2021” da DGO

Quadro 4 - Execução Orçamental da Segurança Social até ao fim de outubro de 2021

RÚBRICAS	CGE -Milhões €	Orçamento Inicial - Milhões €	Execução até outubro - Milhões €.
RECEITA	2020	2021	2021
Transferências do OE para a Segurança Social			
Para pagar Medidas excecionais e temporárias (COVID-19)	2 492,4	647,0	568,5
DESPESA DA SEGURANÇA SOCUAL COM			
Medidas excecionais e temporárias (COVID-19)	1 897,4	776,0	1 770,9
SALDO até outubro 2021			-1 202,4

FONTE: Síntese da execução orçamental - nov.2021- DGO - Ministério das Finanças

A coluna do quadro 4 com o título “CGE” designa os valores constantes da Conta Geral do Estado, portanto corresponde aos valores efetivos de 2020, tanto a nível de transferências do Orçamento do Estado para a

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Segurança Social (2.492,4 milhões €) como aquilo que foi pago pela Segurança Social com medidas relacionadas com o COVID.19 (1.897,4 milhões €). Em 2020, a Segurança Social recebeu do O.E. mais 595 milhões €. No entanto, a Segurança Social perdeu receita, devido às isenções concedidas pelo governo às empresas, no valor de 583,6 milhões €. Portanto, houve um equilíbrio entre o que pagou e o que recebeu.

No Orçamento do Estado de 2021, o governo apenas incluiu a verba de 647 milhões €, quatro vezes menos do que a de 2020, para transferir para a Segurança Social para suportar as despesas de medidas aprovadas pelo governo relacionadas com o COVID.19 em 2021. Mas só até out.2021 a Segurança Social já tinha gasto com medidas relacionadas com a pandemia 1.770,9 milhões €, a que se junta 247,5 milhões € de receita perdida devido às isenções concedidas pelo governo às entidades patronais. Somando, obtém-se um total 2.018,4 milhões €, que é três vezes superior ao valor que o governo inscreveu e a Assembleia da República aprovou no O.E. de 2021 (apenas 647 milhões €). Isto significa que o governo pretende que 1.371,4 milhões € sejam suportados pela Segurança Social, ou seja, pelos descontos dos trabalhadores e contribuições das empresas para pagar pensões. E faltam as despesas de dois meses (nov. e dez.2021). O governo ao inscrever apenas o montante de 647 milhões € em 2021 para transferências para a Segurança Social não pode agora, sem autorização da Assembleia da República, aumentar este valor. Desta forma, a Segurança Social é descapitalizada neste elevado montante (*é de prever que sejam 1.800 milhões € no fim do ano*), e depois o governo diz que não há dinheiro para aumentar mais as pensões em 2022, que vão ter subidas de miséria (entre 0,2% e 1%). Mas é desta forma, à custa da Segurança Social e dos pensionistas, que João Leão evita aumentar a dívida e “brilha” em Bruxelas e para muitos órgãos de informação, pois consegue reduzir a dívida pública mais do que os outros países da U.E. É assim que se constroem os mitos com a ajuda da comunicação social que se limita transmitir passivamente tudo, não fazendo nem contraditório nem trabalho de investigação.

13.273 MILHÕES € DE DIVIDAS DAS ENTIDADES PATRONAIS À SEGURANÇA SOCIAL EM 31.12.2020, QUE O GOVERNO QUER PERDOAR 8.231 MILHÕES €, REDUZINDO-AS PARA APENAS 5.042 MILHÕES €

As dívidas das empresas à Segurança Social continuam a aumentar de uma forma impressionante. Entre 2019 e 2020, cresceram em 569 milhões €. Os patrões fazem descontos nos salários dos trabalhadores, mas mesmo esses descontos não os entregam à Segurança Social. E como esta não tem meios – trabalhadores e equipamentos – para recuperar essas dívidas, passam-se anos sem recuperar nada, e as empresas devedoras desaparecem ou mudam de nome. E assim a Segurança Social perde milhares de milhões € de receita, e depois os sucessivos governos dizem, como justificação para a sua inércia, que essas dívidas são incobráveis e constitui, para as anular, enormes provisões. E assim “*resolve*” o problema à custa da Segurança Social e dos pensionistas, constituindo um verdadeiro maná para muitos patrões perante a passividade da Assembleia da República que pouco ou nenhuma atenção tem dado a esta matéria.

Em 31.12.2020 a dívida total à Segurança Social somava o impressionante montante de 13.273 milhões € como consta da Conta Geral do Estado de 2020, mas o governo considerava já como incobráveis 8.231 milhões € reduzindo assim, através de uma simples decisão contabilística, para apenas 5.042 milhões €.

Repito, para que fique na memória dos leitores, de um dívida de 13.273 milhões € à Segurança Social passa-se, como por toque de magia, para uma dívida de apenas 5.042 milhões €. E não se apuram nem as razões por que isso aconteceu, nem responsabilidades de uma perda enorme de receita para a Segurança Social, com consequências para os reformados que, também por esta razão, têm todos os anos aumentos de miséria. E isto perante a passividade da Assembleia da República a quem compete fiscalizar o governo.

E depois deixa-se passar mais uns anos e faz nova redução, acabando por recuperar muito pouco mesmo daqueles 5.042 milhões €. **E tenha-se em conta que 4.201,5 milhões € daquela dívida total são descontos feitos nos salários dos trabalhadores que não foram entregues pelos patrões à Segurança Social. A Assembleia da República, e os partidos, que têm por missão/obrigação fiscalizar o governo, nada tem feito para obrigar o governo a dotar a Segurança Social de meios para que esta possa recuperar/cobrar a enorme dívida que todos os anos cresce em mais de 500 milhões € que depois é anulada pelo governo constituindo provisões.**

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 27/12/2021